



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**  
**COMARCA: RECIFE – 19ª VARA CÍVEL**  
**TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
**PROCESSO Nº: 0260755-2**  
**EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE**  
**EMBARGADO: REGINALDO BARRA NOVA DA SILVA**  
**RELATOR: DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**EMENTA:**

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. ALEGAÇÃO DE DIVERGÊNCIAS JURISPRUDENCIAIS. QUESTÕES DEVIDAMENTE ESCLARECIDAS NOS FUNDAMENTOS DO APELO ANTERIOR AOS PRESENTES EMBARGOS. HIPÓTESES DO ART. 535, DO CPC, NÃO CONFIGURADAS. ACÓRDÃO FUNDAMENTADO. PREQUESTIONAMENTO APENAS. RECURSO REJEITADO. DECISÃO UNÂNIME.**

**1-** Aclaratórios opostos com o escopo de ver sanadas questionamentos acerca da matéria tratada no acórdão proferido em sede de Apelação, especificamente quanto ao direito de suspender o fornecimento de energia quando houver situação de inadimplência e a configuração de dano moral em decorrência deste fato, bem como que sejam aceitos com vias ao prequestionamento da matéria.

**2 -** O acórdão embargado trata, claramente, da ilegalidade do corte de energia no caso concreto, ante a ausência de demonstração, pela concessionária Embargante, de que a alegada fraude no medidor teria decorrido de conduta do consumidor, o que seria indispensável para o reconhecimento do direito de suspender o abastecimento.

**3 -** Restou consignado que o corte do fornecimento de energia com base em débitos pretéritos, levantados unilateralmente, apenas com a presença de consumidor leigo, seria ilegítimo, em desobediência ao procedimento disposto em legislação própria.

**4 -** O arbitramento da indenização levou em consideração a atitude da Embargante em privar, irregularmente, o consumidor Embargado de bem essencial, sendo exposto perante a vizinhança, tudo em conformidade com a jurisprudência dominante.

**5 -** O fato do julgador não explicitar qualquer dispositivo legal trazido pela parte não caracteriza a omissão do julgado, haja vista que o entendimento foi firmado com vistas no Código de Defesa do Consumidor, bem como no dever da parte provar o alegado, o que não se vislumbrou no caso em análise.

**6 -** Não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados pela parte, assim como a consignação expressa dos dispositivos legais trazidos, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente da demanda.

**7 -** Matéria devidamente tratada nos fundamentos do recurso anterior aos Embargos de Declaração.

**8 -** Não restaram configuradas as hipóteses previstas nos incisos I e II, do Art. 535, do CPC. Aclaratórios não servem como instrumento processual que visa tão somente rediscutir pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida.

**9 -** O prequestionamento, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

**10 -** Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do Art. 535, do CPC, o que não é o caso.



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**11 – Embargos Rejeitados. À unanimidade.**

**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Embargos de Declaração de nº **0260755-2**, em que figuram como partes como Embargante a **COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE** e como Embargado **REGINALDO BARRA NOVA DA SILVA**, acordam os Exmos. Srs. Desembargadores componentes da Primeira Câmara Cível do Tribunal de Justiça de Pernambuco, à unanimidade de votos, **REJEITAR** os presentes Embargos de Declaração, tudo na forma do relatório, votos e das notas taquigráficas, anexos que passam a integrar o presente julgado.

Recife, 10-06-2014.

  
**DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**  
**COMARCA: RECIFE – 19ª VARA CÍVEL**  
**TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
**PROCESSO Nº: 0260755-2**  
**EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE**  
**EMBARGADO: REGINALDO BARRA NOVA DA SILVA**  
**RELATOR: DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**RELATÓRIO:**

A Embargante ingressou com os presentes Aclaratórios (fls. 380/388) em face de acórdão prolatado por esta Câmara em Apelação interposta anteriormente, que, por unanimidade, deu provimento ao apelo interposto por Reginaldo Barra Nova da Silva, a fim de majorar a verba indenizatória R\$2.000,00 (dois mil reais) para R\$5.000,00 (cinco mil reais) e elevar o percentual dos honorários advocatícios para 20% (vinte por cento), assim como negar provimento ao apelo interposto pela Celpe.

A Celpe, ora Embargante, defende que a convocação do Embargado para pagar um débito não seria razão suficiente para demonstrar a violação da honra objetiva, capaz de gerar o dever de indenizar por danos morais.

Alega que haveria divergência jurisprudencial sobre o assunto da lide, asseverando que a mera cobrança indevida não geraria, por si só, danos morais.

Afirma que o corte no fornecimento de energia seria providência permitida pela legislação quando diante de situação de inadimplência, como teria se dado no caso em pauta.

Aduz, por fim, que a continuidade do serviço, sem o efetivo pagamento, quebraria o princípio da igualdade das partes e ocasionaria o enriquecimento sem causa, o que seria repudiado, conforme Arts. 42 e 71, do CDC.

Prequestiona, de forma geral, as matérias tratadas, a fim de viabilizar a interposição de recursos às instâncias superiores.

É o relatório.

Independente de inclusão em pauta, apresento o feito à mesa para julgamento, na conformidade do Art. 85, d, do RITJ/PE.

Recife, 10.06.2015

  
**DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

- Relator -

Fórum Thomaz de Aquino, 2º andar, sito na Avenida Martins de Barros, nº 593 Bairro de Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50.010-230 - Fone: 3419.3622 \*09



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**ÓRGÃO JULGADOR: PRIMEIRA CÂMARA CÍVEL**  
**COMARCA: RECIFE – 19ª VARA CÍVEL**  
**TIPO: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO**  
**PROCESSO Nº: 0260755-2**  
**EMBARGANTE: COMPANHIA ENERGÉTICA DE PERNAMBUCO - CELPE**  
**EMBARGADO: REGINALDO BARRA NOVA DA SILVA**  
**RELATOR: DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**

**VOTO:**

Os presentes Aclaratórios foram intentados com o escopo de ver tratadas determinados questionamentos acerca do mérito da causa, especificamente quanto ao direito de suspender o fornecimento de energia quando houver situação de inadimplência e a configuração de dano moral em decorrência deste fato, bem como que sejam aceitos com vias ao prequestionamento da matéria.

Analisando os autos, insta destacar que o acórdão trata, claramente, da ilegalidade do corte de energia no caso concreto, ante a ausência de demonstração, pela concessionária Embargante, de que a alegada fraude no medidor teria decorrido de conduta do consumidor, o que seria indispensável para o reconhecimento do direito de suspender o abastecimento.

Restou consignado que o corte do fornecimento de energia com base em débitos pretéritos, levantados unilateralmente, apenas com a presença de consumidor leigo, seria ilegítimo, em desobediência ao procedimento disposto em legislação própria.

Ademais, o arbitramento da indenização levou em consideração a atitude da Embargante em privar, irregularmente, o consumidor Embargado de bem essencial, sendo exposto perante a vizinhança, tudo em conformidade com a jurisprudência dominante.

O fato do julgador não explicitar dispositivos legais trazidos pela parte não caracteriza qualquer omissão do julgado, haja vista que o entendimento foi firmado com vistas no Código de Defesa do Consumidor, bem como no dever da parte provar o alegado, o que não se vislumbrou no caso em análise.

Ora, o julgador, ao apreciar a questão trazida a cotejo judicial, não responde argumento, eis que sua obrigação funcional, na realidade, é julgar a causa resolvendo o litígio. Não há, pois, qualquer exigência de que deva existir resposta de "ponto por ponto" alegado pela parte, tampouco que devam estar consignados no julgado, expressamente, todos os dispositivos legais trazidos pelos litigantes, principalmente quando o argumento não estiver embasado em provas.

Desse modo, desnecessário discorrer a respeito de toda a legislação trazida pela Embargante, quando da fundamentação restam evidentes as razões que alicerçaram o reconhecimento do ilícito causador do dano indenizado, eis que a concessionária não

Fórum Thomaz de Aquino, 2º andar, sito na Avenida Martins de Barros, nº 593 Bairro de Santo Antonio - Recife - PE - CEP 50.010-230 - Fone: 3419.3622 \*09



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA  
Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

procedeu com a cautela devida no exercício de seu serviço, conforme a legislação pertinente.

Desta feita, como já consolidado pela jurisprudência, não é obrigatória a apreciação exaustiva de todos os argumentos levantados no decorrer do processo, bastando que o julgador enfrente a questão principal e suficiente da demanda, senão vejamos:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. VÍCIOS INEXISTENTES.(ADMINISTRATIVO. LICITAÇÃO. FALTA DE RECONHECIMENTO DE FIRMA EM CERTAME LICITATÓRIO. MERA IRREGULARIDADE.) 1. Os órgãos julgadores não estão obrigados a examinar todas as teses levantadas pelo jurisdicionado durante um processo judicial, bastando que as decisões proferidas estejam devida e coerentemente fundamentadas, em obediência ao que determina o art. 93, inc. IX, da Constituição da República vigente. Isto não caracteriza ofensa ao art. 535 do CPC. Precedentes.3. [...]. (EDcl no REsp 947.953/RS, 2ª Turma, Rel. Min. Mauro Campbell Marques, Jul. em 23/11/2010, DJe 02/12/2010, sem grifos no original).**

Assim sendo, por não preencherem os requisitos estabelecidos nos incisos I e II do Art. 535 do Estatuto dos Ritos, entendo que os presentes Aclaratórios devem ser rejeitados.

Desse modo, consoante expressamente consignado no referido Art. 535, II do CPC, os Embargos Declaratórios não têm a finalidade de rediscutir pronunciamentos judiciais, não se prestando ao reexame da matéria discutida, o que, em verdade, está buscando a Embargante, mas tão somente sanar obscuridade, contradição ou omissão que possam alterar a substância do julgado, hipóteses inexistentes no presente caso.

Não há que se falar, pois, em prequestionamento, eis que somente se afigura possível o acolhimento dos Aclaratórios, inclusive para esse fim, quando presente algum dos vícios do Art. 535 do CPC. Nesse sentido, colaciono abaixo o seguinte julgado do Superior Tribunal de Justiça:

**PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ÁGUA E ESGOTO. PRETENSÃO DE PREQUESTIONAR MATÉRIA CONSTITUCIONAL. IMPOSSIBILIDADE. 1. Os embargos de declaração são cabíveis quando a decisão padece de omissão, contradição ou obscuridade, consoante dispõe o art. 535 do CPC, bem como para sanar a ocorrência de erro material. 2. Na espécie, ausente vício no acórdão a ensejar o acolhimento do recurso integrativo, uma vez que a pretensão da empresa embargante é tão somente, na via eleita, obter a manifestação deste Tribunal sobre preceito constitucional, para fins de prequestionamento. 3. O acolhimento de embargos declaratórios, até mesmo para fins de prequestionamento, impõe a presença de algum dos vícios previstos no art. 535 do CPC. Dessarte, tendo em vista a não configuração de nenhum deles, na conformidade da manifestação supra, a rejeição do presente recurso integrativo é mister. [...]. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no**



**PODER JUDICIÁRIO DE PERNAMBUCO**  
**TRIBUNAL DE JUSTIÇA**  
**Gabinete Des. ITABIRA DE BRITO FILHO**

AgRg no Ag 1165908/RJ, Rel. Min. Benedito Gonçalves, 1ª Turma, Jul. em 24/11/2009, DJe 01/12/2009, sem grifos no original).

O prequestionamento, portanto, enquanto exigência para a admissibilidade dos recursos especial e extraordinário, está atrelado à manifestação sobre determinada questão jurídica e não em relação a manifestação explícita sobre esse ou aquele dispositivo de Lei.

Por todo o exposto, conheço e **REJEITO** os presentes Embargos de Declaração, mantendo, em todos os seus termos o Acórdão prolatado no recurso de Apelação.

É como voto.

Recife, 10-06-2015.

  
**DES. ITABIRA DE BRITO FILHO**  
- Relator -